



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Orçamento e Finanças

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, *Dialética do esclarecimento*, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre
 - (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
 - (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
 - (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
 - (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
 - (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.
2. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. (3º parágrafo)
... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)
... as mensagens que lhe seriam passadas... (4º parágrafo)
Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a
 - (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
 - (B) mudança - constatação - recepção
 - (C) análise - constatação - aspecto
 - (D) mudança - formulação original - espectador
 - (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção
3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:
 - (A) *... que poderia interpretar criativamente...* (4º parágrafo)
 - (B) *... os Estados Unidos...* (1º parágrafo)
 - (C) *... que assim se desqualificaria como tal.* (2º parágrafo)
 - (D) *... padronizado...* (2º parágrafo)
 - (E) *... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios...* (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
 - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
 - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
 - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
 - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
-

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
 - (B) *además* por "em demasia" (4º parágrafo).
 - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
 - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
 - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
-

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria* tipos diferentes de produtos de massa...
 - (B) *Surgiria* uma cultura de massas...
 - (C) *Poucos* hoje discordariam de que...
 - (D) *Não* que a cultura de massa fosse necessariamente igual...
 - (E) ... o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...
-

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
 - (B) podem ser constatados.
 - (C) constata-se.
 - (D) pode ser constatada.
 - (E) constata-se.
-

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
 - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
 - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
 - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
 - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.

Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.

Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.

O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ... cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam às condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.

Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta... Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo

19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão... O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:
- (A) *Ao viajar pelo estado...*
- (B) *O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...*
- (C) *... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.*
- (D) *... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*
- (E) *Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.*



20. *Entretanto*, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

Noções de Direito Constitucional

21. Considere:

- I. O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.
- II. O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e de terceiros.
- IV. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos individuais indisponíveis pessoal e de terceiros.

De acordo com a Constituição Federal são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

- (A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.
- (B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.
- (C) desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte no prazo de sessenta meses depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e opte, no prazo de cento e vinte dias, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, independentemente de residir na República Federativa do Brasil.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Jardim é Prefeito do Município XZA e pretende se candidatar para o cargo de Governador do Estado de Goiás na próxima eleição. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, Jardim

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até nove meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até doze meses antes do pleito.
- (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Governador por expressa vedação constitucional, independentemente da renúncia ao mandato de Prefeito.
- (E) só poderá candidatar-se, se houver concordância expressa do Tribunal Superior Eleitoral, bem como renúncia ao respectivo mandato de Prefeito a qualquer tempo.

24. Considere os seguintes atos:

- I. aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- III. proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- IV. fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados, os atos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

25. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (E) pelo Senado Federal com aprovação do Supremo Tribunal Federal.



26. Considere hipoteticamente as seguintes pessoas: Carla; Núbio e Valentino. Carla é Presidente do Senado Federal; Núbio é Presidente da Câmara dos Deputados e Valentino é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, é certo que
- (A) a última a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
- (B) o primeiro a ser chamado ao exercício da Presidência será Núbio.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Valentino, Carla e Núbio.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Carla, Núbio e Valentino.
- (E) a primeira a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
-
27. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do
- (A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.
-
28. Considere:
- I. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- II. Juiz Federal.
- III. Advogado legalmente habilitado.
- IV. Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- De acordo com a Constituição Federal, poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em
- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: X é Presidente da República e está sendo acusado pela prática de crime de responsabilidade. Neste caso, no tocante às suas funções, X
- (A) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Congresso Nacional.
- (B) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não ficará suspenso, uma vez que a Constituição Federal veda a suspensão de funções do cargo de Presidente da República.
- (D) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (E) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
-
30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás serão escolhidos:
- (A) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) cinco pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (C) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (D) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
-
- Noções de Direito Administrativo**
31. Um dos princípios básicos da Administração pública, além de consagrado explicitamente na Constituição Federal, quando trata dos princípios que norteiam a atuação administrativa, também consta implicitamente ao longo do texto constitucional, como por exemplo, quando a Carta Magna exige que o ingresso em cargo, função ou emprego público dependerá de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Do mesmo modo, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. Trata-se do princípio da
- (A) proporcionalidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) impessoalidade.
-
32. Enzo, servidor público e chefe de determinada repartição pública, na mesma data, editou dois atos administrativos distintos, quais sejam, uma certidão e uma licença. No que concerne às espécies de atos administrativos, tais atos são classificados em
- (A) ordinatórios e negociais, respectivamente.
- (B) enunciativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos e negociais, respectivamente.
- (E) normativos e ordinatórios, respectivamente.



33. Isis, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de finalidade (o ato não tinha finalidade pública; visava interesses particulares). Em razão do vício e após provocação dos interessados, o aludido ato foi invalidado pelo Poder Judiciário. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a invalidação em questão não poderia ter sido feita pelo Judiciário.
- (B) o procedimento adequado para o caso seria a revogação do ato administrativo.
- (C) a invalidação, quando feita pela própria Administração pública, independe de provocação do interessado.
- (D) se trata de vício sanável, portanto, não era hipótese de invalidação do ato administrativo.
- (E) a invalidação em questão produz efeitos *ex nunc*.
34. Após procedimento licitatório na modalidade convite, a Administração pública celebrou contrato verbal com empresa de hortifrutigranjeiros para a compra de produtos, feita em regime de adiantamento, sendo o valor contratual equivalente a R\$ 4.000,00. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contrato em questão é
- (A) nulo, pois é nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal celebrado com a Administração pública.
- (B) válido.
- (C) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de dois mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
- (D) nulo, pois não se aplica para a compra de produtos, sobretudo perecíveis.
- (E) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de três mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
35. A empresa MM Engenharia Ltda., contratada pela Administração Pública para a execução de importante obra pública, executou fielmente o contrato, sendo o objeto recebido definitivamente pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observados os demais requisitos dispostos na Lei nº 8.666/1993.
- O prazo a que alude o enunciado, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, NÃO poderá ser superior a
- (A) 90 dias.
- (B) 100 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 150 dias.
- (E) 180 dias.
36. Determinado Município Goiano, ao realizar procedimento licitatório na modalidade Concurso, publicou o respectivo edital trinta dias antes da realização do certame. Além disso esclareceu que os vencedores seriam remunerados, exclusivamente, por meio da instituição de prêmios. A propósito das condutas realizadas pelo Município e nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a segunda conduta estará correta se os prêmios forem em pecúnia com valor superior a cinquenta mil reais.
- (B) ambas as condutas estão incorretas.
- (C) apenas a segunda conduta está incorreta.
- (D) ambas as condutas estão corretas.
- (E) apenas a primeira conduta está incorreta.
37. Considere as seguintes assertivas acerca do pregão, de âmbito federal:
- I. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- II. A lei não exige que o pregoeiro dê acesso aos demais licitantes acerca dos dados constantes no SICAF sobre o licitante de melhor proposta, por ser competência única e exclusiva da Comissão licitante.
- III. No pregão, a fase de habilitação deve ocorrer antes da etapa competitiva de oferta dos lances.
- Está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
38. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal e mais três Estados da Federação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) celebraram consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. No caso, o consórcio público constituiu uma associação pública. Assim, nos termos da Lei nº 11.107/2005, o aludido consórcio público tem personalidade jurídica de direito
- (A) privado e integra a Administração indireta da União Federal.
- (B) público e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) privado e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (D) público e integra a Administração indireta apenas da União Federal.
- (E) privado e integra a Administração direta da União Federal.



39. Tendo em vista o preenchimento dos requisitos descritos na Lei nº 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação da OSCIP, deverá formular requerimento a determinado Ministério, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. O referido Ministério e um dos documentos exigidos pela citada lei são:
- (A) Ministério da Justiça e a declaração de isenção do imposto de renda.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estatuto registrado em cartório.
 - (C) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a ata de eleição de sua atual diretoria.
 - (D) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a demonstração do resultado do exercício.
 - (E) Ministério da Defesa e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
-
40. A União Federal pretende celebrar contrato de parceria público-privada, visando unicamente a execução de importante obra pública. Para a contratação, dispõe do montante de quinze milhões de reais. Assim, foi publicado o respectivo edital de tomada de preços, de modo a ser selecionada a empresa que melhor atenda ao interesse público. Neste caso, o contrato de parceria público-privada NÃO é cabível, tendo em vista o
- (A) objeto da contratação e o tipo de licitação adotado, apenas.
 - (B) valor da contratação, apenas.
 - (C) tipo de licitação adotado, apenas.
 - (D) objeto da contratação, o valor da contratação e o tipo de licitação adotado.
 - (E) valor da contratação e tipo de licitação adotado, apenas.
-

Controle Externo

41. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:
- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
 - II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
 - V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.



<p>42. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,</p> <p>I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.</p> <p>II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.</p> <p>III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à prestação e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.</p> <p>IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.</p> <p>V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III e V, apenas.</p> <p>(C) II, III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II, e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>44. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <p>(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.</p> <p>(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.</p> <p>(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.</p>
<p>43. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros</p> <p>(A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.</p> <p>(B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.</p> <p>(C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.</p> <p>(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.</p> <p>(E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.</p>	<p>45. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <p>I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.</p> <p>II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.</p> <p>III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.</p> <p>IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.</p> <p>V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) I, II e V.</p> <p>46. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <p>(A) julgará as contas regulares.</p> <p>(B) emitirá parecer prévio favorável.</p> <p>(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.</p> <p>(D) realizará tomada de contas especial.</p> <p>(E) instaurará inspeção permanente.</p>



47. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros
- (A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.
 - (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.
 - (E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.

48. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando

- (A) houver omissão no dever de prestar contas.
- (B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- (C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- (D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- (E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

49. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos

- (A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.
- (B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.
- (C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.
- (D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.
- (E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.

50. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de

- (A) contas anuais e prestação de contas.
- (B) tomada de contas e contas de gestão.
- (C) contas anuais e tomada de contas.
- (D) tomada de contas e prestação de contas.
- (E) prestação de contas e contas de gestão.

Legislação Específica do Estado de Goiás

51. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é permitido ao Conselheiro
- (A) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.
 - (B) participar de sociedade comercial como acionista ou cotista sem ingerência.
 - (C) exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta.
 - (D) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (E) atuar em processo de interesse de parente afim, em linha colateral de segundo grau.

52. No tocante as contas anuais do Governador, considere:

- I. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas primeiramente à Assembleia Legislativa e, após 30 dias, ao Tribunal de Contas.
- II. As contas prestadas pelo Governador incluirão, além das do Poder Executivo, as dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Chefe do Ministério Público, do Tribunal de Contas dos Municípios e as do Tribunal de Contas do Estado, as quais receberão parecer prévio, separadamente.
- III. A emissão dos pareceres sobre as contas anuais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis dos órgãos que compõem a Administração.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

53. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Tribunal obedecerá a um recesso de suas atividades deliberativas do Plenário e das Câmaras, em período NÃO superior a

- (A) 15 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
- (B) 16 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
- (C) 24 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
- (D) 30 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
- (E) 30 dias, sendo que o recesso não ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.



<p>54. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Proposta que o Tribunal deve encaminhar ao Poder Executivo, referente ao projeto de sua lei orçamentária anual, observada a legislação pertinente.II. A lista tríplice dos Auditores e dos membros da Procuradoria-Geral de Contas, para preenchimento de cargo de Conselheiro.III. Os Programas de Governo a serem avaliados em cada exercício.IV. Os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação de contratos para compras e serviços, através de tomada de preços, de valor até R\$ 650.000,00. <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é de competência do Plenário APENAS os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I e II.(C) II e III.(D) I, III e IV.(E) II e IV.	<p>58. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, o não atendimento de quaisquer das condições estabelecidas para o estágio probatório implicará na</p> <ul style="list-style-type: none">(A) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 10 dias da publicação oficial.(B) exoneração imediata do funcionário nomeado tendo em vista disposição legal expressa neste sentido, independentemente de prévia comunicação.(C) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 15 dias.(D) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 30 dias.(E) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 15 dias da publicação oficial.
<p>55. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para disciplinar matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeitos à sua jurisdição, o Tribunal poderá expedir</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Instrução Normativa ordinária.(B) Instrução Normativa extraordinária.(C) Parecer.(D) Ato Normativo integrado.(E) Resolução Normativa.	<p>59. Marta, funcionária pública estadual, é interessada em processo administrativo. Em razão da idade de Marta, 67 anos, o processo tramita com prioridade processual. Considerando que Marta é casada com João, que não possui filho bem como que ela faleceu semana passada ainda com o processo em curso, a prioridade de tramitação processual</p> <ul style="list-style-type: none">(A) estende-se para João.(B) encerra-se automaticamente com a morte de Marta.(C) só se estenderia para descendente ou ascendente, independentemente de suas idades.(D) só se estende para João caso ele possua mais de 60 anos.(E) só se estende para ascendente que possua mais de 65 anos.
<p>56. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Casamento, até 8 dias consecutivos.II. Licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 meses.III. Convocação para o serviço militar.IV. Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. <p>De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for considerado facultativo, os afastamentos indicados APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e III.(B) I e IV.(C) I, III e IV.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>60. No tocante à competência, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado de Goiás, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, respeitados, em regra, os atos praticados ou decisões proferidas na vigência da delegação.
<p>57. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, ao funcionário que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e ao funcionário que coagir ou aliciar subordinado com o objetivo de natureza político-partidária será aplicada a pena disciplinar de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) suspensão de até 90 dias e repreensão, respectivamente.(B) repreensão e suspensão de até 90 dias, respectivamente.(C) suspensão de até 90 dias.(D) repreensão.(E) demissão e suspensão, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none">III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.IV. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a avoação temporária de competência atribuída. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) II, III e IV.(C) I e III.(D) II e IV.(E) I, II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Orçamento Público

61. No primeiro ano de seu mandato, o Governador de determinado Estado enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei orçamentária para o período restante de seu mandato, ou seja, 3 anos. Consta, no artigo 18 do projeto, a criação de dez cargos de assessores de imprensa para o gabinete do Governador. Considerando os princípios orçamentários, o projeto encaminhado NÃO atende aos princípios
- (A) anualidade e universalidade.
- (B) exclusividade e moralidade.
- (C) anualidade e moralidade.
- (D) anualidade e exclusividade.
- (E) exclusividade e universalidade.
-
62. Na análise da execução orçamentária de determinado Estado da região Centro-Oeste do Brasil, verificou-se, ao final do 3º bimestre de 2014, que a realização da receita comprometerá o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos para o exercício. Nestas condições, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários nos 30 dias subsequentes,
- (A) limitação de empenho ou redução de despesas, segundo os critérios fixados pela Lei Orçamentária Anual.
- (B) suspensão ou redução de despesas, com exceção, apenas, daquelas que constituem obrigações constitucionais e legais, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) limitação de empenho e cancelamento de despesas, excluídas apenas as que se referem a pessoal e seus encargos, segundo os critérios fixados pela Lei Orçamentária Anual.
- (D) medida saneadora, no sentido de aumentar a arrecadação ou diminuir as despesas, exceto as de capital, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-

Atenção: Para responder às questões de números 63 e 64, considere a codificação e classificação das receitas orçamentárias arrecadadas (recebidas) durante o 1º semestre de 2014, por determinada entidade do setor público.

Código	Receitas Arrecadadas (Recebidas) durante o 1º Semestre de 2014	Valor (R\$)
1112.02.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	250,00
1600.13.02	Receita referente à venda de editais para concorrência pública	90,00
1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM	130,00
1921.06.00	Receita referente à indenização por danos causados ao patrimônio público	120,00
1113.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	150,00
2220.00.00	Receita referente à alienação de dois terrenos urbanos	400,00
1312.00.00	Arrendamentos – receita com o contrato pelo qual o poder público cede a terceiros, por certo tempo e preço, o uso e gozo de determinada área.	60,00
1600.13.05	Receita referente a vistoria de veículos automotores	80,00
1112.08.00	Imposto de Transmissão <i>Inter-vivos</i> de Bens e de Direitos sobre Imóveis	90,00
1331.01.00	Receita referente a concessões e permissões do direito de exploração de serviços públicos de transporte	120,00
2400.00.00	Recebimento de recursos financeiros transferidos pela União destinados a construção de duas creches	260,00
1121.17.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	110,00
2110.00.00	Receita referente a operações de crédito interna de longo prazo	240,00
	Total das Receitas Orçamentárias Arrecadadas (Recebidas)	2.100,00

63. As receitas tributária e de serviços somam, respectivamente, em reais,
- (A) 490,00 e 170,00
- (B) 600,00 e 230,00
- (C) 490,00 e 230,00
- (D) 600,00 e 170,00
- (E) 730,00 e 170,00



64. As receitas correntes e de capital totalizam, respectivamente, em reais,
- (A) 1.460,00 e 640,00
 - (B) 1.200,00 e 900,00
 - (C) 1.120,00 e 980,00
 - (D) 1.080,00 e 1.020,00
 - (E) 1.000,00 e 1.100,00
-
65. O Prefeito de determinado município, após tomar posse em 1^o de janeiro, verificou a necessidade da realização de operações de créditos por antecipação de receita – ARO. Acerca da realização das operações de créditos por antecipação de receita, considere:
- I. Realizar-se somente a partir do vigésimo dia do início do exercício.
 - II. Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro de cada ano.
 - III. Estará proibida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
 - IV. Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.
 - V. Estará proibida a partir do segundo semestre do último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) IV e V.
 - (D) I e III.
 - (E) II e V.
-
66. Determinado ente público contratou uma empresa para prestação de serviços de coleta de lixo hospitalar, no valor mensal de R\$ 3.000,00 pelo prazo de 12 meses, com vigência a partir de primeiro de maio de 2013 a 30 de abril de 2014. Do total da despesa empenhada para o exercício de 2013, referente a prestação desses serviços, foi pago no próprio exercício, o valor de R\$ 15.000,00. Nestas condições, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a despesa empenhada e não paga inscrita em restos a pagar soma, em reais,
- (A) 9.000,00
 - (B) 21.000,00
 - (C) 24.000,00
 - (D) 18.000,00
 - (E) 12.000,00
-
67. Considere as seguintes informações:
- Determinado Estado, no mês de junho de 2014, abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 1.500.000,00, sem indicação dos recursos para realização de despesas.
 - As despesas foram empenhadas e liquidadas pelo valor total do crédito extraordinário.
 - Do total das despesas empenhadas e liquidadas foi pago até o mês de setembro o valor de R\$ 1.200.000,00.
 - No período de janeiro a outubro de 2014, apurou-se um excesso na arrecadação de receitas no valor de R\$ 4.000.000,00.
- Esse Estado, no mês de novembro de 2014, pretende abrir um crédito suplementar para reforço da dotação de serviços de coleta de lixo hospitalar, utilizando recursos do excesso de arrecadação. Nestas condições, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, o valor dos recursos disponíveis para abertura é de, em reais,
- (A) 300.000,00
 - (B) 2.800.000,00
 - (C) 2.500.000,00
 - (D) 4.000.000,00
 - (E) 1.200.000,00



68. No exercício de 2014, o Poder Executivo de determinado ente abriu um crédito adicional para reforço da dotação de material de consumo. Com relação às autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento, considere:
- I. Os créditos suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo e terão vigência no exercício financeiro de abertura.
 - II. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
 - III. Os créditos especiais serão autorizados e abertos por decreto do Poder Executivo e terão vigência somente no exercício financeiro em que forem autorizados.
 - IV. A abertura de crédito especial somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
 - V. É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e V.

69. Determinado Governador, no exercício de 2014, pretende construir uma escola técnica com inauguração prevista em janeiro de 2015. Considerando que a escola, após concluída, resultará em um aumento de despesa, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros, deve o gestor público
- (A) encaminhar ao Poder Legislativo junto à proposta orçamentária para o exercício de 2015 declaração de que a nova despesa se compatibiliza com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) declarar ao Tribunal de Contas que a nova despesa se compatibiliza com as disponibilidades financeiras para o exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - (C) estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - (D) limitar empenho e movimentação financeira, caso a nova despesa não tenha adequação orçamentária financeira no exercício em que deva entrar em vigor.
 - (E) informar ao controle interno que a nova despesa se compatibiliza com a arrecadação do Estado para o exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

70. A dívida consolidada de determinado ente da Federação, ao final do 2º quadrimestre de 2014, ultrapassou o respectivo limite. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a dívida deverá ser reconduzida aos limites e, para tanto, o ente da Federação deve
- (A) renegociar a dívida com os credores.
 - (B) obter superávit financeiro.
 - (C) obter superávit nominal.
 - (D) aumentar a arrecadação das receitas correntes.
 - (E) obter superávit primário.

**Contabilidade Geral**

71. A apresentação e elaboração das demonstrações contábeis objetivam
- (A) atender primeiramente aos interesses específicos dos usuários internos das entidades que elaboram essas demonstrações e, posteriormente, atender as necessidades específicas dos demais usuários externos apenas quando for o caso.
 - (B) cumprir especificadamente todas as exigências de informações demandadas por órgãos reguladores e a todos os tipos de usuários externos da entidade, mesmo que esses interesses sejam distintos ou divergentes daqueles demandados pelos usuários internos.
 - (C) atender as exigências específicas dos grupos de usuários formados pelos órgãos reguladores ou autoridades governamentais de acordo com as finalidades e interesses distintos daqueles demandados pelos demais grupos de usuários.
 - (D) apresentar inicialmente informações aos órgãos governamentais com a finalidade específica de determinar políticas tributárias e, posteriormente, atender aos demais tipos de usuários externos dessas informações.
 - (E) fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

72. A Cia. do Norte importou um novo equipamento fabril que quando em funcionamento aumentará sua produção em 40%, permitindo a ampliação do seu mercado de atuação. Na ocasião, a empresa incorreu nos seguintes gastos e desembolsos:

Relação de Gastos	Valores (R\$)
Valor pago ao fornecedor do equipamento.....	1.300.000,00
Impostos não recuperáveis e de importação	200.000,00
Frete, seguros incidentes sobre transportes do item.....	40.000,00
Custo de adequação e preparação para instalação.....	660.000,00
Honorários de pessoal especializado utilizado na montagem e instalação do novo equipamento.....	350.000,00
Custo de instalação e montagem	300.000,00
Gastos de instalações finais com testes de funcionamento	150.000,00

Com base nos dados fornecidos, a empresa deve

- (A) registrar em seu Ativo Não Circulante – Imobilizado, o valor de R\$ 3.000.000,00.
 - (B) lançar como Despesas Gerais de Fabricação o valor de R\$ 1.500.000,00.
 - (C) contabilizar como custo do Imobilizado, apenas R\$ 1.300.000,00.
 - (D) debitar em Despesas de Pessoal o montante de R\$ 350.000,00.
 - (E) considerar como Conta de Resultado o valor de R\$ 200.000,00.
73. A base de mensuração pela qual os passivos são reconhecidos, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação, na data do balanço, é denominada
- (A) valor presente.
 - (B) valor realizável.
 - (C) custo histórico.
 - (D) custo corrente.
 - (E) custo de oportunidade.



Atenção: Considere as informações abaixo, para responder às questões de números 74 a 80.

Os Balancetes de Verificação da Cia. Forte apresentavam, no período 2009/2010, os saldos a seguir (Valores em reais):

Cia. Forte – Balancete de Verificação					
Saldos Devedores	2009	2010	Saldos Credores	2009	2010
Aplicações Financeiras (1) (2)	5.000	0	Capital Social	50.000	60.000
Capital a Realizar	10.000	0	Contas a Pagar	13.000	12.050
Clientes	32.000	38.500	Depreciação Acumulada	12.000	5.500
CMV	28.000	34.000	Empréstimos a Pagar (5)	0	15.000
Depreciação	1.000	4.500	Financiamentos a Pagar (6)	16.000	17.000
Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa	200	500	Fornecedores	8.000	15.950
Despesas de Pessoal	20.000	38.000	Notas Promissórias a Pagar (4)	9.000	0
Despesas de Vendas	26.400	20.000	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	200	500
Despesas Financeiras	3.800	1.960	Receitas de Aplicações Financeiras	10.200	600
Disponibilidades	4.000	1.000	Reservas de Lucros (7)	2.000	0
Equipamentos	15.000	15.000	Reservas Legais (7)	4.000	0
Estoques	1.960	4.500	Resultado da Venda de Imobilizado	0	4.000
Imóveis (3)	22.000	27.000	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.200	760
Participações Societárias	4.240	5.000	Vendas	68.000	104.500
Perdas com Clientes	0	900			
Veículos (3)	20.000	45.000			
Total de Saldo Devedor	193.600	235.860	Total de Saldo Credor	193.600	235.860

A empresa forneceu, ainda, as informações complementares abaixo:

- (1) Os saldos apresentados correspondem aos saldos finais das contas listadas. Apenas os resultados dos exercícios não estão apurados.
- (2) A conta de Aplicações Financeiras constituíam-se em aplicações em quotas de Fundo de Investimento, resgatáveis em quatro anos. Ao final de 2010, a empresa resgata antecipadamente o investimento, auferindo um rendimento de R\$ 600,00.
- (3) Ao final do segundo exercício, a direção da empresa opta por renovar integralmente a sua frota de veículos que acumulava depreciações, até a data da baixa, de 55%. No mesmo período, a empresa adquire uma nova frota de veículos, no valor R\$ 45.000,00 e adquire novos imóveis.
- (4) Título vencível em 90 dias.
- (5) Empréstimos contraídos ao final do exercício de 2010, contratados com prazo de cinco anos e juros contratuais de 1,5% a.a. pagáveis mensalmente no último dia útil do mês.
- (6) A empresa renegocia com a instituição financeira parte do saldo de seus financiamentos quitando R\$ 13.000,00 repactuando o restante da dívida juntamente com novos financiamentos a taxas mais vantajosas e prazo de quitação para 60 meses, com carência de dois anos.
- (7) No início de 2010, a empresa integraliza totalmente o Capital a Realizar e aumenta o Capital Social, utilizando todo o saldo inicial de Reserva Legal e de Reservas nos Lucros. Na mesma ocasião, os sócios subscrevem e integralizam em moeda corrente parcela do capital.
- (8) Dos resultados finais apurados, quando positivos, a empresa provisiona 20% para o Imposto de Renda e Contribuições, 10% para Participação nos Lucros para os Administradores e 10% para Participação nos Lucros aos Empregados. Distribuindo o Lucro Líquido 5% para Reserva Legal, 50% para Dividendos e o restante para Reservas de Lucros.

74. Em 2009, a participação do Capital de Terceiros era de

- (A) 51,40%
- (B) 50,00%
- (C) 48,90%
- (D) 32,60%
- (E) 17,39%



-
75. O valor do Ativo Total em 2010 era de
- (A) R\$ 229.860,00
 - (B) R\$ 193.600,00
 - (C) R\$ 171.400,00
 - (D) R\$ 130.000,00
 - (E) R\$ 92.000,00
-
76. O Resultado Líquido apurado em 2010 foi um
- (A) lucro de R\$ 6.480,00
 - (B) prejuízo de R\$ 6.500,00
 - (C) lucro de R\$ 7.280,00
 - (D) prejuízo de R\$ 8.000,00
 - (E) lucro de R\$ 10.000,00
-
77. Em 2010, o total do Passivo Circulante era de
- (A) R\$ 46.000,00
 - (B) R\$ 37.780,00
 - (C) R\$ 34.760,00
 - (D) R\$ 32.000,00
 - (E) R\$ 30.060,00
-
78. Com base na Demonstração de Resultados apurada, a Margem Bruta com a qual a empresa operou em 2010 foi
- (A) 33%.
 - (B) 50%.
 - (C) 59%.
 - (D) 63%.
 - (E) 67%.
-
79. O total de compras de estoques efetuadas no exercício de 2010 foi
- (A) R\$ 29.480,00
 - (B) R\$ 30.060,00
 - (C) R\$ 34.760,00
 - (D) R\$ 36.540,00
 - (E) R\$ 37.760,00
-
80. O ingresso de recursos financeiros provenientes da venda da frota de veículos da empresa foi
- (A) R\$ 13.000,00
 - (B) R\$ 11.000,00
 - (C) R\$ 9.000,00
 - (D) R\$ 5.000,00
 - (E) R\$ 4.000,00
-



Contabilidade Pública

Atenção: Para responder às questões de números 81 a 85, considere:

- A codificação e classificação da despesa orçamentária segundo sua natureza.
- A Inscrição em Restos a Pagar, em 31.12.2013, de despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, referentes apenas às classificadas no Grupo de Natureza de Despesa “Investimentos”.

Determinado ente público, no exercício de 2013, empenhou as seguintes despesas orçamentárias, no valor total de R\$ 2.000,00:

Código	Despesas Orçamentárias	Valor R\$
3.3.90.30.00	Material de Consumo	150,00
3.2.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	80,00
4.5.90.62.00	Aquisição de Produtos para Revenda	140,00
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	180,00
3.3.90.37.00	Locação de Mão de Obra	140,00
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil	200,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	210,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	160,00
4.5.90.63.00	Aquisição de Títulos de Crédito	130,00
3.2.90.25.00	Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação de Receita	190,00
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	160,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	110,00
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	150,00
	Total das Despesas Orçamentárias Empenhadas	2.000,00

81. As despesas empenhadas e classificadas no Grupo de Natureza de Despesa – Outras Despesas Correntes e Inversões Financeiras somam, respectivamente, em reais,
- (A) 450,00 – 270,00
 (B) 650,00 – 330,00
 (C) 510,00 – 130,00
 (D) 650,00 – 270,00
 (E) 450,00 – 130,00
-
82. As despesas empenhadas e classificadas no Grupo de Natureza de Despesa – Investimentos somam, em reais,
- (A) 370,00
 (B) 680,00
 (C) 690,00
 (D) 340,00
 (E) 550,00
-
83. As despesas empenhadas e classificadas na Categoria Econômica – Despesas Correntes e Despesas de Capital totalizam, respectivamente, em reais,
- (A) 1.030,00 e 970,00
 (B) 1.170,00 e 830,00
 (C) 830,00 e 1.170,00
 (D) 1.160,00 e 840,00
 (E) 840,00 e 1.160,00



84. Do total das despesas empenhadas e classificadas no Grupo de Natureza de Despesa Investimentos foi liquidado e pago o valor de R\$ 300,00. Nestas condições, nos termos da Lei nº 4.320/1964, as despesas inscritas em Restos a Pagar somam, em reais,
- (A) 70,00
 - (B) 380,00
 - (C) 390,00
 - (D) 250,00
 - (E) 40,00

85. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU de determinado contribuinte, referente ao exercício de 2014, foi pago à vista, no mês de março, no valor de R\$ 3.500,00. O reconhecimento da variação patrimonial ocorreu no momento do fato gerador do imposto (1º de janeiro), ou seja, antes da arrecadação da receita. Nestas condições, a receita arrecadada com o IPTU, sob o aspecto patrimonial,
- (A) provocou variação patrimonial qualitativa.
 - (B) alterou o valor total do ativo não circulante.
 - (C) reduziu o valor total do saldo patrimonial.
 - (D) provocou variação patrimonial aumentativa.
 - (E) alterou o valor do ativo e passivo circulante.

86. Considere as seguintes transações realizadas no 5º bimestre de 2014 por determinada entidade do setor público:

Transações	Valor R\$
Recebimento de caução pela prestação de garantia para execução de obras	150,00
Pagamento de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores	80,00
Recebimento de taxas diversas	40,00
Retenção em folha referente à Contribuição Previdenciária	70,00
Pagamento de indenizações	30,00
Devolução (pagamento) de caução de exercícios anteriores	90,00
Pagamento de prêmios em pecúnia	65,00
Recebimento de multas de trânsito	85,00

Com base nas informações acima, as receitas e despesas extraorçamentárias somam, respectivamente, em reais,

- (A) 305,00 e 200,00
- (B) 345,00 e 215,00
- (C) 220,00 e 170,00
- (D) 150,00 e 265,00
- (E) 260,00 e 80,00



Atenção: Para responder às questões de números 87 e 88, considere a codificação e a classificação das contas, nos termos da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

No balancete do mês de novembro de 2014 de determinada entidade do setor público, entre outras, constam as seguintes Contas de Natureza Patrimonial:

Código	Título	Valor R\$
1.1.1.1.0.00.00	Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional	300,00
1.2.1.1.2.05.00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	60,00
2.2.2.1.0.00.00	Empréstimos a Longo Prazo – Interno	70,00
3.1.1.0.0.00.00	Remuneração a Pessoal	50,00
1.1.2.2.0.00.00	Créditos Tributários a Receber	90,00
1.2.1.2.1.06.00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	120,00
2.1.1.2.0.00.00	Benefícios Previdenciários a Pagar	60,00
1.1.3.1.0.00.00	Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	150,00
4.4.1.1.0.00.00	Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	90,00
3.3.1.1.0.00.00	Consumo de Material	60,00
2.1.1.1.0.00.00	Pessoal a Pagar	80,00
1.1.2.3.0.00.00	Dívida Ativa Tributária	110,00
2.1.3.1.0.00.00	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	90,00
4.4.5.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	30,00
2.2.1.3.0.00.00	Benefícios Assistenciais a Pagar	130,00
1.2.1.1.1.04.00	Dívida Ativa não Tributária	70,00

87. O valor do ativo circulante e do passivo não circulante somam, respectivamente, em reais,

- (A) 720,00 e 260,00
- (B) 650,00 e 200,00
- (C) 500,00 e 70,00
- (D) 560,00 e 290,00
- (E) 780,00 e 130,00

88. O ativo não circulante e a variação patrimonial diminutiva somam, respectivamente, em reais,

- (A) 180,00 e 200,00
- (B) 400,00 e 50,00
- (C) 340,00 e 230,00
- (D) 120,00 e 140,00
- (E) 250,00 e 110,00

89. No período de janeiro a dezembro de 2013, a despesa total com pessoal de determinado Estado foi de R\$ 1.250.000,00, representando 50% da receita corrente líquida – RCL. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as informações necessárias à verificação da conformidade da despesa com Pessoal, com os limites de que trata a referida lei, constará do

- (A) relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) anexo de metas fiscais.
- (C) relatório de gestão fiscal.
- (D) anexo de riscos fiscais.
- (E) demonstrativo da receita corrente líquida – RCL.



90. O Poder Executivo da União promoverá a consolidação nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior. Com relação aos prazos de encaminhamento e consolidação das contas, é correto afirmar que os
- (A) Estados encaminharão suas contas até 30 de abril e a União promoverá a consolidação das contas até 30 de junho.
 - (B) Municípios encaminharão suas contas, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 30 de abril, os Estados até 31 de maio e a União promoverá a consolidação das contas até 30 de junho.
 - (C) Municípios encaminharão suas contas até 31 de março e a União promoverá a consolidação das contas até 31 de julho.
 - (D) Municípios encaminharão suas contas, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 31 de março, os Estados até 30 de abril e a União promoverá a consolidação das contas até 30 de junho.
 - (E) Municípios encaminharão suas contas, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até 31 de maio, os Estados até 30 de junho e a União promoverá a consolidação das contas até 31 de julho.

Auditoria

Atenção: Para responder às questões de números 91 e 92, considere as seguintes informações:

O auditor independente, durante a execução dos trabalhos de auditoria nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 da empresa Abacaxi Doce S/A, constatou que o valor de duas notas fiscais referentes à venda à vista, após o recebimento em dinheiro do valor da venda, foram adulterados, possibilitando ao tesoureiro da empresa desviar R\$ 10.000,00 para sua conta bancária. Em consequência, as duas notas fiscais foram contabilizadas por um valor a menor do que o recebido.

91. Com relação à constatação (evidência de auditoria), deve o Auditor, nos termos da NBC TA 230,
- (A) registrar no livro de anotações de achados de auditoria.
 - (B) solicitar ao chefe da tesouraria devolução do valor apropriado.
 - (C) registrar em documentação de auditoria (papéis de trabalho).
 - (D) recomendar ao contador que realize a conciliação bancária mensalmente.
 - (E) registrar no relatório de auditoria.
92. Com relação à adulteração de documentos com o objetivo de desvio de recursos financeiros pelo chefe da tesouraria, de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 240), caracteriza
- (A) erro grave.
 - (B) irregularidade nos registros contábeis.
 - (C) fraude.
 - (D) sonegação fiscal.
 - (E) omissão de lucro.
93. Nas atividades de planejamento de auditoria independente, deve o auditor estabelecer uma estratégia global que defina o alcance, a época e a direção da auditoria. Assim, ao definir a estratégia global, deve o auditor, entre outros, nos termos da NBC TA 300:
- I. elaborar o plano de auditoria, para definir o tipo de técnica e os procedimentos aplicáveis na revisão de seu trabalho.
 - II. definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
 - III. identificar as características do trabalho para definir o seu alcance.
 - IV. considerar os fatores que no julgamento profissional do auditor são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho.
 - V. determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) III, IV e V.
 - (C) II, III, IV e V.
 - (D) I e III.
 - (E) I, II e III.

94. A evidência de auditoria para a obtenção de conclusões para fundamentar a opinião do auditor independente é conseguida, nos termos da NBC TA 500, entre outras, pela
- (A) elaboração de programas de auditoria.
 - (B) emissão do relatório de auditoria.
 - (C) elaboração do planejamento de auditoria.
 - (D) definição da amostra, tamanho e seleção dos itens para teste.
 - (E) execução de procedimentos de avaliação de riscos.



95. Nos termos da NBC TI 01, os riscos de auditoria interna estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Assim, a análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos, considerando, entre outros, o seguinte aspecto:
- (A) o resultado de auditorias anteriores.
 - (B) a adequação e eficiência dos controles internos.
 - (C) a determinação e extensão dos testes de auditoria.
 - (D) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialista.
 - (E) a avaliação dos processos e dos sistemas de informações.

Direito Financeiro

96. Sobre as despesas públicas, é correto afirmar que
- (A) a despesa com pessoal não engloba os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
 - (B) a despesa total com pessoal não poderá exceder em 60% a receita de capital dos Estados e dos Municípios.
 - (C) serão computadas as despesas relativas à indenização por demissão de servidores e empregados e às relativas a incentivos à demissão voluntária na verificação dos limites da despesa total com pessoal.
 - (D) os valores dos contratos de terceirização e mão de obra que se referem à substituição de servidores públicos serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal.
 - (E) o excesso com despesa total com pessoal não impede o recebimento de transferências voluntárias, nem obtenção de garantia, direta ou indireta, de outro ente, em operações de crédito.
97. Quando o órgão responsável pelo pagamento da folha de salários dos servidores prepara a folha de pagamento do mês, deduzindo faltas e impontualidades, está
- (A) empenhando a despesa com pessoal.
 - (B) ordenando o pagamento da despesa com pessoal.
 - (C) emitindo a nota de empenho da despesa com pessoal.
 - (D) fazendo a dotação orçamentária específica.
 - (E) liquidando a despesa com pessoal.
98. NÃO é exigida a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício vigente e nos dois subseqüentes para adoção da seguinte medida:
- (A) realização de operação de crédito por antecipação de receita.
 - (B) concessão de anistia, remissão e isenção em caráter específico.
 - (C) renúncia de receita.
 - (D) criação de ação governamental que gere aumento de despesa.
 - (E) prorrogação de despesa criada por prazo determinado.

99. Sobre as transferências voluntárias, considere os itens a seguir:
- I. É a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal.
 - II. As transferências que a União faz aos Municípios para custear o Sistema Único de Saúde são classificadas como transferências voluntárias de cooperação.
 - III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe sobre exigências para realização das transferências voluntárias.
 - IV. Para que seja realizada transferência voluntária de um ente a outro, além de outras exigências, deve ser comprovado pelo beneficiário que cumpre os limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
 - V. Os recursos objeto de transferência voluntária podem ser destinados para qualquer fim, a critério do beneficiário e de acordo com suas necessidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e V.
 - (E) II, IV e V.
100. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal
- (A) o Banco Central do Brasil é o único órgão competente para emitir títulos da dívida pública.
 - (B) é vedada a operação de crédito entre entes federados.
 - (C) é admitida operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente federado que se destine a financiar despesas correntes.
 - (D) somente é admitida operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente federado que a controle quando na qualidade de beneficiário do empréstimo.
 - (E) é admitida a operação de crédito caracterizada por captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.